

UM EPISÓDIO, APENAS

Raul PILLA

18.7.45

(Copyright dos "Diários Associados")

Se a sua verdadeira finalidade não estivesse nitidamente estampada no próprio texto do ominoso decreto-lei n. 7.666, bastaria agora a revelá-la o recente ato da Ditadura, que fechou a Rádio Farroupilha.

Obrigada a contemporizar, em face da grita levantada no País e no Estrangeiro, não se resignou a Ditadura a ficar inativa durante o imprevisito período de espera, e foi direita a um dos seus objetivos — a poderosa estação emissora sulina da cadeia dos "Diários Associados". Abafou, assim, sem a menor cerimônia, com o mesmo arrôjo com que o saltador estrangula o viandante prevenido, uma das vozes postas, aliás sem nenhum sectarismo, ao serviço da causa democrática.

Poderia alguém, diante de tal fato, nutrir ainda alguma dúvida a respeito dos desígnios do sr. Getúlio Vargas na atual campanha política, e da verdadeira inspiração da chamada lei Malalaia?

O fechamento da Farroupilha não constitui, com efeito, um fato isolado. É um episódio, apenas, da longa e meditada obra de compressão e corrupção, que a Ditadura pôs em prática desde o seu primeiro dia e agora está intensificando, no louco afã de perpetuar-se. É um fato apenas, para acrescentar a tantos outros, como o confisco de alguns dos principais órgãos da imprensa brasileira. Não traz consigo nenhuma novidade, mas expõe objetivamente, concretamente, uma orientação: nada poupar, não recuar diante de nada, para sobreviver e continuar dominando.

Pretende-se justificar o recente ato do governo, alegando que estava extinto o prazo da concessão e que, dependendo do governo renová-lo, poderia este deixar de o fazer, se assim enten-

tesse. Equivaleria isto, porém, a conferir aos poderes públicos o arbítrio pleno em matéria de comunicações radiofônicas, em atribuir-lhes o direito de fiscalização, não em benefício da própria radio-difusão, garantindo-lhe as necessárias condições de funcionamento, mas, pelo contrário, em seu detrimento, criando-lhe toda sorte de entraves.

Assim sendo, como justificar o fechamento da Rádio Farroupilha, como explicar não lhe tenha sido prorrogada a concessão pedida, se em nenhuma falta incurreu ela durante o seu funcionamento? Em nome de que interesse público se poderá legitimar o abandono de custosas instalações e a perda de emprego de numerosas pessoas?

Nenhuma justificação pode haver para o ato da Ditadura, a qual apenas se aproveitou de uma circunstância de ordem formal, para estrangular uma das vozes que bradavam pela democracia.

Concedamos, porém, que ao governo coubesse realmente o direito, que se arrogou, de fechar aquela estação difusora. Concedamos, mais, que alguma causa houvesse ela dado para tal penalidade. Ainda assim, um governo que se houvesse proposto realmente restituir a nação à prática da democracia e tivesse alguma consciência das suas responsabilidades, evitaria, de todos os modos, chegar ao recurso extremo do fechamento, quando por mais não fôsse, para evitar a acusação de arbitrário e violento, no momento mesmo em que se trata de banir do país a violência e o arbítrio.

Assim, nenhum motivo plausível havia para o fechamento da Farroupilha, mas, ainda quando o houvesse, não a teria fechado um governo bem intencionado. Se a fechou, é que outros, que não a democratização do país, são os seus desígnios. Diga-o o estranho fenômeno do "queremismo".

Para isto devem atentar cuidadosamente todas as forças que se comprometeram a reconduzir a Nação ao caminho da democracia. Não haverá para ninguém a desculpa da ignorância ou da surpresa, porque numerosos e claros são os sinais do que está para acontecer.